



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	Do 25/11/1999
C	<i>(Assinatura)</i>
Frubica	

**Processo :** 10768.009434/98-25**Acórdão :** 202-11.337**Sessão :** 07 de julho 1999**Recurso :** 110.835**Recorrente :** PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS**Recorrida :** DRJ no Rio de Janeiro - RJ

**NORMAS PROCESSUAIS - PROCESSO JUDICIAL/ADMINISTRATIVO –**  
 A eleição da via judicial anterior ao procedimento fiscal importa renúncia à esfera administrativa, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da jurisdição una, estabelecido no artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Política de 1988. Inexiste dispositivo legal que permita a discussão paralela da mesma matéria em instâncias diversas, sejam elas administrativas ou judiciais ou uma de cada natureza. **Recurso a que se nega provimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.** Vencidos os Conselheiros Helvio Escovedo Barcellos e Luiz Roberto Domingo. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Tarásio Campelo Borges.

Sala das Sessões, em 07 de julho 1999

**Marcos Vinícius Neder de Lima**  
**Presidente**

**Maria Teresa Martínez López**  
**Relatora**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Oswaldo Tancredo de Oliveira, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Ricardo Leite Rodrigues, José de Almeida Coelho e Antonio Zomer (Suplente).

/OVRS/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

270

**Processo :** 10768.009434/98-25

**Acórdão :** 202-11.337

**Recurso :** 110.835

**Recorrente :** PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS

## RELATÓRIO

Contra a contribuinte, nos autos qualificada, foi lavrado auto de infração exigindo-lhe o PIS, com fundamento na Lei Complementar nº 07/70 e alterações posteriores.

A contribuinte traz, em sua impugnação, extenso arrazoado jurídico, acerca da natureza jurídica do PIS, chegando a conclusão de que a contribuição não pode ser cobrado uma vez que não existe lei ordinária. Traz, nos autos, citações doutrinárias e jurisprudenciais, alegando lhe serem favoráveis ao seu entendimento.

Às fls. 33, a informação prestada pela contribuinte, da existência de Ação Judicial em curso na 3<sup>a</sup> Vara Federal Seção Judiciária do Rio de Janeiro, fato comprovado pela juntada nos autos, da cópia da inicial da ação (AO nº 97.0071165-0).

Alega a autoridade singular que ambos os processos, ação judicial e administrativo, versam sobre o mesmo assunto.

Às fls. 160/161, Despacho DRJ/RJ/SERCO nº 375/98 manifestando-se pelo não conhecimento da impugnação em face da existência de ação judicial, com o mesmo objeto do presente feito. Em suas razões de decidir, assim se manifestou:

*"Verifica-se que em ambos os processos, ação judicial e procedimento administrativo, o tema versa acerca do mesmo objeto.*

*Nestas condições, a apreciação da peça impugnatória fica prejudicada em face do disposto no § 2º do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.737/79, combinado com o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 6.830/80 e disciplinado, no âmbito administrativo, pelo Ato Declaratório (Normativo) COSIT nº 03 de 14.02.96. Nos termos da legislação citada, a propositura - por qualquer que seja a modalidade processual - de ação judicial contra a Fazenda Nacional, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto, importa, por parte da contribuinte, em renúncia tácita às instâncias administrativas e desistência de eventual recurso interposto, operando-se, por conseguinte, o efeito de constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa.*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

271

Processo : 10768.009434/98-25

Acórdão : 202-11.337

*Isto posto, DEIXO DE CONHECER da impugnação de fls. 117/136 e DECLARO definitivamente constituído na esfera administrativa o crédito tributário lançado. A multa de ofício e os juros moratórios deverão ser exonerados se a contribuinte comprovar ter efetuado, antes do início da ação fiscal, depósito do montante integral do tributo exigido, compreendendo-se, inclusive, a respectiva multa de mora e demais acréscimos legais devidos até a data do depósito, conforme previsto no inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional.*

*Em decorrência, DETERMINO o retorno dos autos do processo à CAC-MADUREIRA, para ciência à contribuinte e demais providências de sua alcada, dando continuidade à cobrança do crédito tributário, nos termos do Ato Declaratório (Normativo) COSIT nº 03 de 14.02.96, salvo se sua exigibilidade estiver suspensa de acordo com o disposto no artigo 151, incisos II ou IV, ou extinta, na forma do artigo 156, inciso VI, todos do Código Tributário Nacional."*

Às fls. 163/171, a contribuinte interpôs recurso, objetivando ver anulado o despacho proferido pela autoridade singular, de forma a ser julgado o mérito. Aduz para tanto, que:

- houve gritante preterição do direito de defesa da recorrente, ao deixar de conhecer da impugnação;
- o § 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.737/79 visa atender ao princípio da economia processual, como medida de direito público;
- o recorrente buscou a tutela jurisdicional antes de qualquer procedimento fiscal, não havendo de se falar em renúncia ou desistência da opção pelo procedimento administrativo;
- a opção da recorrente pelo Poder Judiciário, está amparada pela Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXV; e
- traz nos autos, lição do doutrinador Bernardo Ribeiro de Moraes, acerca dos efeitos da coisa julgada administrativa e da revisão dos atos pelo Poder Judiciário.

Às fls. 175, liminar obtida pela contribuinte, nos autos do Processo nº 98.32863-7, para prosseguimento do recurso administrativo, sem a exigência do depósito prévio.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2702

Processo : 10768.009434/98-25

Acórdão : 202-11.337

**VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ**

Presentes os pressupostos genéricos de tempestividade e regularidade formal, passo ao exame das razões meritórias.

Conforme relatado a contribuinte interpôs recurso, objetivando ver anulado o despacho proferido pela autoridade singular, de forma a ser julgado o mérito. Para tanto, insurge-se a Recorrente contra o Despacho DRJ/RJ/SERCO nº 375/98, proferido pela autoridade singular, que julgou pelo não conhecimento da impugnação em face da renúncia administrativa pela propositura de ação judicial com o mesmo objeto. Conforme relatado, alega em síntese a recorrente:

- que houve gritante preterição do direito de defesa da recorrente, ao deixar de conhecer da impugnação;
- que o § 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.737/79 visa atender ao princípio da economia processual, como medida de direito público;
- que o recorrente buscou a tutela jurisdicional antes de qualquer procedimento fiscal, não havendo de se falar em renúncia ou desistência da opção pelo procedimento administrativo.

Entendo, mesmo no caso em que o auto de infração atacado tenha sido lavrado após o ingresso em juízo, não poderia, o julgador, manifestar-se acerca da questão, por força da soberania do Poder Judiciário, que possui a prerrogativa constitucional ao controle jurisdicional dos atos administrativos. Nenhum dispositivo legal ou princípio processual permite a discussão paralela da mesma matéria em instâncias diversas, sejam elas administrativas ou judiciais, ou uma de cada natureza. Na sistemática constitucional, o ato administrativo está sujeito ao controle do Poder Judiciário, sendo este último, em relação ao primeiro, instância superior e autônoma. Superior, porque pode rever, para cassar ou anular o ato administrativo. Autônoma, porque a parte não está obrigada a recorrer, antes, às instâncias administrativas, para ingressar em juízo. O contencioso administrativo, tem como função primordial o controle da legalidade dos atos da Fazenda Pública, permitindo a revisão de seus próprios atos no âmbito do próprio Poder Executivo. Nesta situação, a Fazenda possui ao mesmo tempo, a função de acusador e julgador, possibilitando aos sujeitos da relação tributária, chegar a um consenso sobre a matéria em litígio,



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

273

Processo : 10768.009434/98-25

Acórdão : 202-11.337

previamente ao exame pelo Poder Judiciário, visando, basicamente, evitar o posterior ingresso em juízo<sup>1</sup>.

E, nesse sentido, como bem citado pela autoridade singular, o Coordenador-Geral do Sistema de Tributação, através do Ato Declaratório (normativo) n.º 03, de 14.02.96, declara que:

“... a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda, de ação judicial – por qualquer modalidade processual, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto, importa renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso interposto”.

E mais, o Judiciário, através do STJ, em análise à discussão em tela, assim se manifestou:

*“Tributário. Ação declaratória que antecede a autuação. Renúncia do poder de recorrer na via administrativa e desistência do recurso interposto. I – O ajuizamento da ação declaratória anteriormente à autuação impede o contribuinte de impugnar administrativamente a mesma autuação interpondo os recursos cabíveis naquela esfera. Ao entender de forma diversa, o acórdão recorrido negou vigência ao art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 6.830, de 22/09/80. II – Recurso especial conhecido e provido.”* (Ac un da 2ª T do STJ – Resp 24.040-6 – RJ – Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro – j 27.09.95 – Recte.: Estado do Rio de Janeiro; Recda.: Companhia de Seguros Sul Americana Industrial – SAI – DJU 1 16.10.95, pp 34.634/5 – ementa oficial)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>Esse entendimento foi muito bem defendido na Declaração de Voto do Ilustre Conselheiro Marcos Vinícius Neder de Lima, nos Acórdãos de nºs 202-09.261; 202-09.262 e 202-09.533, cujas razões de decidir adotei e transcrevi em parte.

<sup>2</sup>Não tenho a menor dúvida em acompanhar o Relator, em seu voto, do qual transcrevo o seguinte:

“Como ficou visto, os agentes fiscais do Estado efetuaram lançamento fiscal contra a Recorrida, instaurando-se processo contencioso administrativo, o qual já se achava no Conselho de Contribuintes, para julgamento de recurso contra a Fazenda, quando se apercebeu esta de que o contribuinte havia impetrado mandado de segurança visando exonerar-se da obrigação fiscal em tela, razão pela qual o recurso foi considerado prejudicado e o lançamento definitivamente constituído, inscrevendo-se a dívida ativa e iniciando-se a execução. Na verdade, havia o Recorrido tentado pôr-se a salvo da autuação, por meio de mandado de segurança impetrado antes do lançamento, o qual, aliás, foi extinto sem apreciação do mérito. Defendendo-se agora da execução, alega nulidade do título que a embasa ao fundamento de



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

274

Processo : 10768.009434/98-25

Acórdão : 202-11.337

Portanto, concluo que a opção da recorrente em submeter o mérito da questão ao Poder Judiciário, antes de buscar a solução na esfera administrativa, tornou inócuas qualquer discussão posterior da mesma matéria no âmbito administrativo, acarretando, em renúncia tácita do direito de ver apreciada, administrativamente, a impugnação do tributo com relação a mesma matéria *sub judice*. Diante destes argumentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso que pedia pela anulação do despacho proferido pela autoridade singular, e consequente julgamento do mérito.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 1999

MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ

---

ausência do julgamento de seu recurso. Não tem razão, entretanto. Com efeito, havendo atacado, por mandado de segurança, ainda que preventivo, a legitimidade da exigência fiscal em tela, não havia razão para julgamento de recurso administrativo, do mesmo teor, incidindo a regra do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 6.830/80, segundo a qual, a impugnação da exigência fiscal em juízo ‘importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e em desistência do recurso acaso interpuesto.’ Em tais circunstâncias, abrevia-se a ultimação do processo administrativo que mediante a inscrição do *debitum*, dá ensejo à execução forçada em juízo. Embargada esta, corre o processo em apenso ao da primeira ação, para julgamento simultâneo, em face da conexão, na forma do art. 105 do CPC. Trata-se de medida instituída no prol da celeridade processual, e que, por outro lado, nenhum prejuízo acarreta para o contribuinte devedor. Com efeito, se a decisão judicial lhe for favorável, a execução resultará trancada; e se desfavorável, não terá retardado injustificadamente a realização do crédito fiscal. A circunstância de a exigência fiscal haver sido impugnada antes, ou depois, da autuação, não tem relevância, de vez que, em qualquer hipótese, produzirá a sentença os efeitos descritos. O que não faz sentido é a invalidação do título exeqüendo pelo único motivo de não haver o contribuinte logrado um pronunciamento sobre o mérito, no julgamento da ação, sabendo-se que poderá obtê-lo por via dos embargos, sem que se possa falar, por isso, em nulidade processual, notadamente cerceamento de defesa. Decidindo em sentido contrário, incidiu o v. acórdão em afronta ao dispositivo legal em referência, razão pela qual, pelo voto deste Relator, dá-se provimento ao recurso.” (Resp 7.630 – RJ – 2ª Turma – 1º/04/91) . Publicado no Repertório IOB de Jurisprudência – 1ª quinzena de dezembro/1995 – n.º 23/95 – página 422.